





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



**IV - 04 (quatro)** cargos de provimento em comissão de Assessor de Comunicação, símbolo DAS-4;

**V - 50 (cinquenta)** cargos de provimento em comissão de Assessor de Procuradoria, símbolo DAS-4;

**VI - 15 (quinze)** cargos de provimento em comissão de Assessor de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5;

**Art. 2º.** Ficam transformados, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, 34 (trinta e quatro) cargos efetivos de Técnico Superior nos seguintes cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional Superior:

I - 12 (doze) cargos efetivos de Auditor;

II - 11 (onze) cargos efetivos de Assistente Social;

III - 08 (oito) cargos efetivos de Administrador;

IV - 02 (dois) cargos efetivos de Pedagogo;

V - 01 (um) cargo efetivo de Arquivista.

**Parágrafo único.** A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 3º.** Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 4º.** A investidura nos cargos efetivos de que tratam o artigo 1º, incisos I a III e o artigo 2º, dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

**Art. 5º.** A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados ou transformados por esta Lei corresponde aos valores constantes nas tabelas vigentes para o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná.

**Art. 6º.** Os cargos criados ou transformados por esta Lei serão providos na medida da necessidade dos serviços, a partir de 1º de janeiro de 2013, observada a existência de disponibilidade orçamentária, e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 7º.** A progressão na carreira dar-se-á de acordo com o disposto no artigo 5º, incisos I e II, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Art. 8º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a criação, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, de 85 (oitenta e cinco) cargos de provimento efetivo e de 69 (sessenta e nove) cargos de provimento em comissão, bem como a transformação de 34 (trinta e quatro) cargos de provimento efetivo, e outras providências.

Visa a presente proposta suprir às necessidades decorrentes da defasagem dos cargos do Ministério público em relação ao Poder Judiciário, a par da implementação de mais uma nova etapa da remodelação e ampliação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, agora com vistas a compatibilizá-la com as diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMPAR 2018, aprovado em 15.12.2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.

Como consignado, há exposição de motivos do anteprojeto convertido na supracitada Lei nº 15.913/2008, *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sincronia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação".*

Convém assinalar, outrossim, que estudos de readequação organizacional do Ministério Público do Paraná foram iniciados em 27 de agosto de 2004, tendo mais recentemente a Portaria Conjunta nº 001/2008-SUBPLAN/SUBADM, de 12 de dezembro de 2008, instituído Grupo de Trabalho para efetivar a revisão e o ajuste da





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça à nova realidade institucional, cuja conclusão foi apresentada 07 de abril de 2010.

Concentrando-se nos serviços auxiliares surge, assim, a presente proposta como mais uma etapa de um amplo processo de modernização administrativa e funcional que contempla a incorporação de projetos diversos voltados a diferentes e múltiplas atividades.

Com relação à proposta de criação de cargos de provimento efetivo, convém esclarecer que os cargos de *engenheiro civil, engenheiro eletricista, arquiteto e técnico em edificações*, resulta da verificação da necessidade e da vantajosidade funcional e econômica de se ter junto ao Departamento de Infraestrutura um serviço próprio de coordenação e supervisão das construções de sedes e subsedes do Ministério Público, na Capital e no Interior, atuando desde a fase de elaboração dos projetos até a ocupação do imóvel, bem como na manutenção, reforma e adaptação dos já existentes, vistorias, assessoramento nas questões atinentes à aquisição de matérias e equipamentos, contratação de serviços específicos etc.

Os cargos efetivos de *médico, pedagogo, psicólogo e assistente social* destinam-se a compor os serviços auxiliares nas áreas de atuação específica dos Centros de Apoio Operacional e Promotorias de Justiça, incumbindo ainda ao primeiro integrar junta de perícia médica da Instituição e atuar nos procedimentos internos que envolvam questões de saúde de membros e servidores do Ministério Público e eventuais afastamentos por este motivo, aposentadoria por invalidez, bem como em procedimentos administrativos disciplinares. Os 11 (onze) cargos de *assistente social*, resultante da transformação de igual número de cargos de técnico superior, encontram justificativa na necessidade de prover cada uma das comarcas elevadas à entrância final no ano de 2012 (Arapongas, Apucarana, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Pato Branco, Paranavaí, Paranaguá, Toledo, União da Vitória e Umuarama) com, no mínimo, 01 (um) profissional de serviço social para atuação regionalizada em demandas coletivas, projeto MP Social e, ainda, atender às Resoluções nº 67, de 16.05.2011 e nº 71, de 15.07.2011, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõem sobre a fiscalização de unidades socioeducativas e abrigos.

A previsão de novos cargos efetivos de *administrador, auditor, arquivista, estatístico e auxiliar técnico* destina-se a suprir a necessidade do



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ministério Público tanto área administrativa quanto institucional, sempre crescente em razão do aumento da demanda, enfatizando-se a necessidade de organização de Centrais de Atendimento ao Cidadão, cuja estrutura é formada basicamente por auxiliares técnicos, nas comarcas de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel e Guarapuá. Os 12 (doze) cargos de auditor, resultante da transformação de igual número de cargos de técnico superior, visam reforçar as estruturas regionais de auditoria das unidades de Umuarama, Paranavaí, Pato Branco, Francisco Beltrão e Guaçuama, que funcionam com apenas um auditor e, ainda, estruturar núcleos em comarcas elevadas à entrância final no ano de 2012 (Arapongas, Apucarana, Cianorte, Campo Mourão, Paranaguá, Toledo e União da Vitória)

Os cargos efetivos de *analista de sistemas, programador e técnico em informática* deverão compor as equipes dos Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro e de Monitoramento de Sinais que funcionam em razão do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Justiça, dando suporte a investigações e desenvolvendo sistemas de inteligência aptos ao enfrentamento à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. Neste aspecto a equipe técnica corresponde à contrapartida do Ministério Público do Estado do Paraná diante do citado Acordo de Cooperação Técnica, firmado com o Ministério da Justiça, ao qual coube a disponibilização dos equipamentos, softwares e capacitação dos servidores.

Os novos cargos efetivos de *analista de operações e segurança* e de *analista de administração de banco de dados* vão compor o Departamento de Tecnologia da Informação. Ao primeiro caberá a responsabilidade pelo projeto e manutenção do esquema de segurança da rede, incluindo a segurança de equipamentos (acesso físico), dos dados (acesso não autorizado) e de sistemas operacionais de clientes e servidores; pela proposição, implementação e monitoramento da política de segurança quanto ao uso de recursos computacionais; pela operação dos sistemas e equipamentos portados no Data Center da Instituição; pelo monitoramento constante de aspectos novos relacionados à segurança (notas técnicas de invasão, novos bugs de segurança encontrados em produtos na rede etc. Ao cargo de *analista de administração de banco de dados* incumbirá a responsabilidade pela administração de Banco de Dados existentes no Ministério Público do Paraná, dentro de parâmetros de segurança e integridade, tendo em vista as inovações tecnológicas e as alterações necessárias às aplicações; pela projeção de estruturas de novos bancos de dados, bem como pelo desenvolvimento de programas utilitários, orientação dos usuários na



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



utilização do sistema. A criação destes cargos é essencial para dotar o Ministério Público do Paraná dos recursos humanos necessários com vistas à autonomia da Tecnologia da Informação, conforme previsto pelo Plano de Informática 2009/2014;

A criação de 20 (vinte) novos cargos de *oficial de promotoria*, que detêm o encargo de apoio administrativo às Promotorias de Justiça, decorre da ampliação da estrutura do Poder Judiciário em primeiro grau, perante o qual deve officiar o Ministério Público.

No tocante à criação de 50 (cinquenta) cargos de provimento em comissão de Assessor de Procuradoria, símbolo DAS 4 e de 15 (quinze) cargos de provimento em comissão de Assessor de Promotoria, símbolo DAS 5, destinam-se a fazer frente à ampliação do número de cargos no Poder Judiciário, em segundo e primeiro graus, respectivamente, esclarecendo-se a opção do Ministério Público pelo reforço das assessorias de suas Procuradorias e Promotorias de Justiça, no lugar da criação de cargos de membros do Ministério Público correspondentes aos da Magistratura.

Por último, a criação de 04 (quatro) cargos de provimento em comissão de *assessor de comunicação*, símbolo DAS 4, destina-se à composição das chefias de áreas da Assessoria de Comunicação que, juntamente com a criação de 04 (quatro) cargos de provimento efetivo de *analista de comunicação*, visam atender a necessidade de adequação da estrutura de comunicação do Ministério Público do Estado do Paraná, em consonância com o Plano Diretor de Comunicação recém aprovado, de modo a viabilizar o atendimento às múltiplas demandas de comunicação da Instituição, relacionadas aos projetos estratégicos das mais diversas áreas de sua atuação (criminal, cível, direitos humanos, educação, saúde, meio ambiente, consumidor, patrimônio público, infância e juventude, idosos, portadores de deficiência, habitação e urbanismo, etc) direitos humanos, em todo o Estado.

Registre-se que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE (cf. Informação nº 398/2012), o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir, a partir de fevereiro de 2013, o montante de R\$ 452.017,84 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, dezessete reais e quarenta e quatro centavos), referente aos cargos de provimento em comissão e, a partir de junho de 2013, mais R\$ 403.023,53



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



(quatrocentos e três mil, vinte e três reais e cinquenta e três centavos) referente aos cargos de provimento efetivo, corresponde a um acréscimo mensal, respectivamente, de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) a partir de fevereiro de 2013 e mais 1,47 (um vírgula quarenta e sete por cento) a partir de junho de 2013, tendo referida despesa, estimada em R\$ 8.989.023,82 (oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, vinte e três reais e oitenta e dois centavos) para o exercício de 2013, previsão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Projeto de Lei nº 492, aprovado em 27.11.2012, e encaminhado à sanção na mesma data), conforme Informação nº 2.903/12, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 2.904/12) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, para o exercício de 2013, será de 0,03599% (zero vírgula zero três cinco nove por cento) em relação à receita corrente líquida prevista, fixando-se com este acréscimo em 1,655% (um vírgula seiscentos e cinquenta e cinco por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por maioria, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 06 de dezembro próximo passado.





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



## DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da criação de cargos de provimento efetivo e em comissão, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, objeto do Anteprojeto de Lei encaminhado com o Ofício nº 2619/12-GAB, de 11 de dezembro do ano em curso, apresenta adequação orçamentária e financeira com a Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2013 (Projeto de Lei nº 492, aprovado em 27.11.2012 e encaminhado à sanção na mesma data), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 09 de junho de 2012 (LDO).

Curitiba, 11 de dezembro de 2012.

Gilberto Giacoia,  
Procurador Geral de Justiça





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 2619/12-GAB

Curitiba, 11 de dezembro de 2012.



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**  
Em, 12 DEZ. 2012  
*Ring*  
**1º Secretário**

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.  
Em 12/12/2012  
*[Assinatura]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

*[Assinatura]*  
Gilberto Glacoiá  
Procurador Geral de Justiça.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

14129 12/12/2012 000276 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 635/2012**

**Projeto de Lei nº 635/2012**

**Autor: Ministério Público**

**Súmula:** Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

**EMENTA:** CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E EM COMISSÃO. TRANSFORMA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO. SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa criar cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos em provimento efetivo.

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

**Concedido vista.**

**Em 12/12/2012**

**Todos Deputados**

883

*[Assinatura]*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira, (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar n.º. 95/98.

## CONCLUSÃO

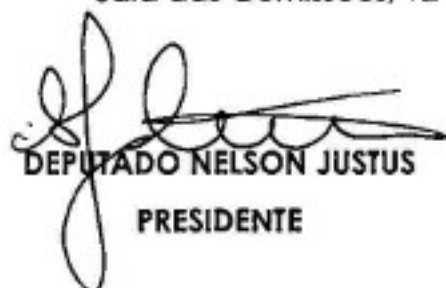


*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO Alexandre Curi  
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 635/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Ministério Público do Estado do Paraná – Ofício nº 2619/12, objetiva criar cargos de provimento efetivo e em comissão no Quaro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o Projeto encontra-se plenamente justificado.

Observamos que o autor da proposta informa que, as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná, observados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, conforme constata-se na justificativa do autor, a proposta vem acompanhada dos cálculos elaborados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE (Informação nº 398/2012), constando que o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir, a partir de fevereiro de 2013, o montante de R\$452.017,84 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, dezessete reais e oitenta e quatro centavos), referente aos cargos de provimento em comissão e, a partir de julho de 2013, mais R\$403.023,53 (quatrocentos e três mil, vinte e três reais e cinquenta e três centavos) referente aos cargos de provimento efetivo, corresponde a um acréscimo mensal, respectivamente, de 1,65% (um virgula sessenta e cinco por



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



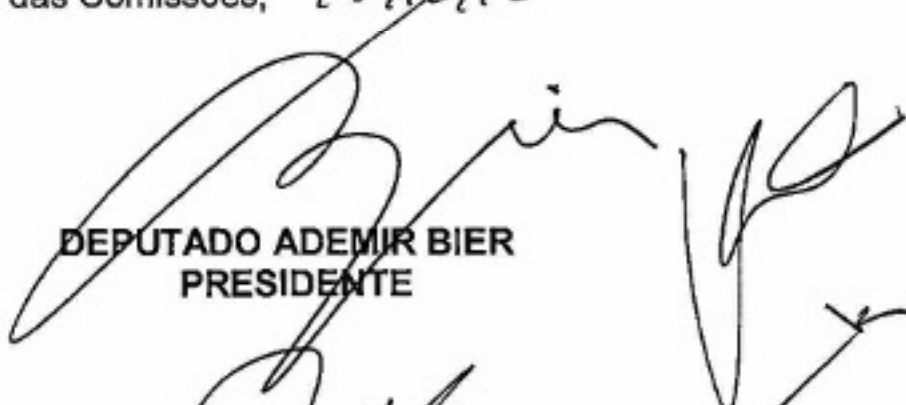
cento) a partir de fevereiro de 2013 e mais 1,47% (um virgula quarente e sete por cento) a partir de junho de 2013, tendo a referida despesa, estimada em R\$8.989.023,82 (oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, vinte e três reais e oitenta e dois centavos) para o exercício de 2013.


Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacoia, Procurador Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com a Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2013, compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 02 de junho de 2012 (LDO).

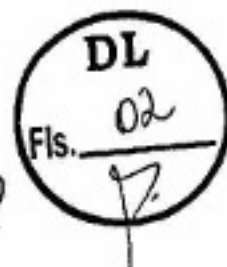
Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO Elio Rusch  
RELATOR



PROJETO DE LEI nº 192/12

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
  
Em, 02 MAIO 2012  
*Ruy*  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** Insere no Calendário Oficial de eventos do Estado do Paraná a "Festa do Trabalhador" realizada anualmente em 1º de maio pela Paróquia São José Operário no Município de Cascavel.

DECRETA:

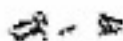
Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa do trabalhador" realizada anualmente em 1º de maio pela Paróquia São José Operário no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 02 de maio de 2012.

*Professor Lemos*  
PROFESSOR LEMOS  
Deputado Estadual





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Professor Lemos*



## JUSTIFICATIVA

A Festa do Trabalhador (ou Festa do Costelão), surgida há 46 anos, é um sucesso em Cascavel. Reunindo o "Costelão", apreciado pela população e missas em homenagem à São José Operário (santo dos trabalhadores), o evento foi criado, inicialmente, para angariar fundos ao seminário da cidade.

Servindo o melhor churrasco da região e acompanhamentos, a festa atende a todo público. Além das costelas preparadas e assadas no fogo de chão, mandiocas, batatas, tomates, cebolas, pães e bebidas, mais de 1.300 mesas – com espaço para 15 pessoas – são postas, tudo para que o espetáculo religioso e gastronômico seja acolhedor e apreciado por todos.

Em 2012, o evento chega à sua 46ª edição, com números crescentes em alimentação e público. Na edição passada 17 toneladas de carne foram usadas. O evento é um dos maiores "costelões" do mundo.

Pelas importâncias cultural, religiosa e gastronômica da Festa do Trabalhador é que propusemos o Projeto de Lei em tela no sentido de inseri-la no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 192/2012**

**Projeto de Lei nº 192/2012**  
**Autor: Deputado Professor Lemos**

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial de eventos do Estado do Paraná a "Festa do trabalhador realizada anualmente em 1º de maio pela Paróquia São José Operário no Município de Cascavel".

**EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ A FESTA DO TRABALHADOR REALIZADA ANUALMENTE EM 1º DE MAIO PELA PARÓQUIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL. FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Leu, objetiva inserir no Calendário Oficial de eventos do Estado do Paraná a "Festa do Trabalhador realizada anualmente em 1º de maio pela Paróquia São José Operário no Município de Cascavel."

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I, do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, haja vista não existir no Calendário Oficial deste Estado a data objeto da ora proposição.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Deputado **NELSON JUSTUS**  
*ausente*  
Presidente

Deputado **NEREU MOURA**  
Relator



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

## COMISSÃO DE CULTURA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 192/2012



(Vale a pena)

#### I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Professor Lemos propôs o Projeto de Lei nº 192/2012 com o intuito de incluir, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a "Festa do Trabalhador", a ser realizada anualmente em 1º de maio, na Paróquia São José Operário no Município de Cascavel.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Nereu Moura, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal. Tão logo aprovado na CCJ, foi remetido a esta Comissão de Cultura, para manifestação acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

#### II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que as festas e comidas típicas inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural.

Aliado a isso, o art. 216 da Constituição Federal determinou que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, os modos de expressão, criação e viver são inerentes ao patrimônio cultural brasileiro. Uma festa

*[Handwritten signatures]*





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



que se destina a comemorar o dia do trabalhador se insere, exatamente, nos modos de expressão e criação e, portanto, como patrimônio cultural imaterial.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.

### III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 03 de julho de 2012.

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO CAITO QUINTANA  
RELATOR

DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 192/2012**

**Projeto de Lei nº. 192/2012**

**Autor: Deputado Professor Lemos**

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa do Trabalhador", realizada anualmente em 1º de maio pela Paróquia São José Operário, no Município de Cascavel.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Festa do Trabalhador", realizada anualmente, em 1º de maio, pela Paróquia São José Operário, no Município de Cascavel.

A festa foi criada para angariar fundos ao seminário da cidade, é realizada há 46 anos e combina o "Costelão" apreciado pela população às missas em homenagem à São José Operário. Reúne populares de toda a região e em sua última edição foram servidas 1.300 mesas com espaço para 15 pessoas, tendo uma ampla aprovação da comunidade.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 11/06/2012, tendo como relator o Deputado Nereu Moura, e da Comissão de Cultura, no dia 03/07/2012, tendo como relator o Deputado Caíto Quintana, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**





No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo. Além disso, acreditamos que a oficialização da tradicional Festa do Trabalhador vem no sentido de fomentar a economia e o turismo no Município, contribuindo para seu crescimento,

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO ANÍBAL NETO**  
Presidente

  
**DEPUTADO ADELINO RIBEIRO**  
Relator

  
*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

DL

Fls. 02

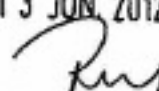
4.

PROJETO DE LEI nº

264/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 JUN 2012

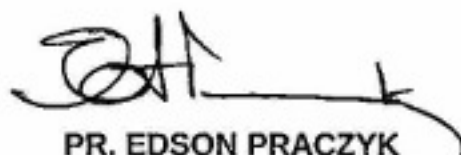
  
1º Secretário

**Súmula:** Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Presbiteriano, a ser celebrado anualmente no 3º Domingo do mês de Julho.

**Art. 1º.** Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Presbiteriano, a ser celebrado anualmente no 3º Domingo do mês de Julho.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 2012.



PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual / PRB

1426 13/06/2012 083607 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

Fls. 03

11

## JUSTIFICATIVA:

A Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil é resultado da Reforma Protestante ocorrida no início do século XVI da era Cristã, sendo que ressurgiu para o mundo através de Calvino, o qual deu início ao movimento presbiteriano, e, desta forma, a Igreja Presbiteriana com o passar dos anos, ao invés de perder forças, conseguiu realmente fazer com que o nome do Senhor fosse propagado em tantos lugares, sendo resultado deste movimento.

Ademais, IPRB é resultado do grande avivamento espiritual que veio sobre o Brasil na década de 60 e 70 do século passado. Em 1972, surge a Igreja Presbiteriana Independente, e, em 08 de janeiro de 1975, ocorreu um momento histórico, pois houve a junção de duas denominações, aos invés de se dividir, essas duas se uniram, Igreja Cristão e IPIR, surgindo então a IPRB.

A Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil, conta hoje com mais de 800 pastores trabalhando de uma maneira efetiva e realizando seu trabalho com ardor, conta com quase 1.500 trabalhos neste país, entre igrejas e congregações, estando em todos os estados desta nação.

Além do Brasil, a IPRB esta em quinze outras, sendo que é uma igreja que começou pequena e hoje conta com quase cem mil membros, o qual não é um número pequeno, e sim significativo.

Esta Igreja continuará com o objetivo de pregar o evangelho a todos os povos, sem nenhuma discriminação, querendo abraçar a todos, a IPRB não abandonará seu objetivo, continuando a prestar assistência a pessoas carentes, que estão a margem da sociedade, pessoas que precisam de uma mão estendida, de um atendimento médico, e, quem sabe, de alimentos

A IPRB tem feito isso e continuará a fazer, porque entende que assistência social também é um a determinação de nosso mestre Jesus.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 264/2012**

**Projeto de Lei nº. 264/2012**

**Autora: Deputado Estadual Pr. Edson Praczyk**

**Súmula:** Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o dia do Presbiteriano, a ser celebrado anualmente no 3º domingo do mês de Julho.

**EMENTA:** INSTITUI NO CALENDARIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DO PRESBITERIANO A SER CELEBRADO ANUALMENTE NO 3º DOMINGO DO MÊS DE JULHO.  
**COMPETÊNCIA** LEGISLATIVA DO ESTADO. **INICIATIVA** DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98. CONSTITUCIONALIDADE.**  
**APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Pr. Edson Praczyk, tem como objetivo instituir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia do Presbiteriano", a ser comemorado, anualmente, no 3º domingo do mês de julho.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

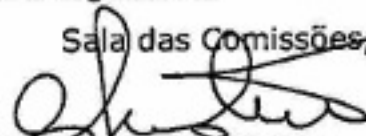
Igualmente, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e estabelecimento das normas para a consolidação dos atos normativos.

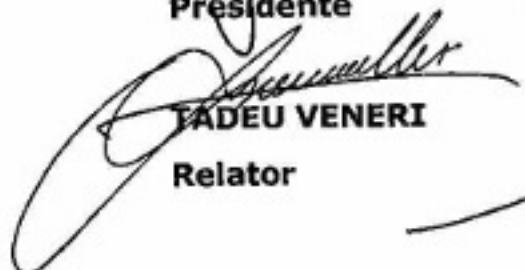
Por fim, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de JULHO de 2012.

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**TADEU VENERI**  
Relator



Estado do Paraná

**PODER LEGISLATIVO**  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Parecer ao Projeto de Lei nº 264/12

Súmula Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o dia do Presbiteriano, a ser celebrado anualmente no 3º domingo do mês de Julho.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO O DIA DO PRESBITERIANO PARECER FAVARÁVEL PELA CCJ - APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORAVÉL.

RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei (PL) n. 264/12, de autoria do nobre Deputado Pastor Praczyk, o qual tem por objetivo instituir no Calendário oficial do Estado do Paraná o 'Dia do Presbiteriano', a ser comemorado anualmente no 3º domingo do mês de julho.

O PL recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, sendo então encaminhado a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania para análise do mérito.

É o breve relato.



Estado do Paraná

**PODER LEGISLATIVO**  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do artigo 33U do Regimento Interno:

‘Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.’

Destarte, é inquestionável a competência desta comissão temática em analisar o mérito da matéria objeto do presente PL.

No mérito não se encontra qualquer obstáculo para a regular aprovação do mérito da matéria, inclusive considerando que atualmente a igreja presbiteriana conta com mais de cem mil seguidores, bem como emprega cerca de 1.500 (um mil e quinhentos) pessoas em todo o país, conforme bem mencionou o autor do PL.

Por derradeiro, com efeito mencionar que a instituição religiosa em comento realiza inúmeras obras sociais e apoio ao cidadão sem qualquer distinção.

Assim, é louvável o PL em análise sendo uma nobre iniciativa do autor em acrescentar ao calendário oficial do Estado o ‘Dia do Presbiteriano’.

**PEDRO LUPION**  
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): 41 3350 4006 | [www.pedrolupion.com.br](http://www.pedrolupion.com.br) | [dep.pedrolupion@gmail.com](mailto:dep.pedrolupion@gmail.com).

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



Estado do Paraná

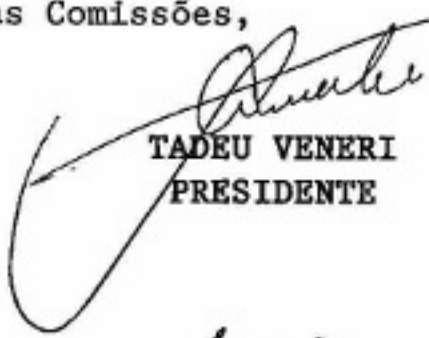
**PODER LEGISLATIVO**  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
**GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION**




**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do  
presente Projeto de Lei.

10 de dezembro 2012  
Sala das Comissões, ~~dezembro~~ de 2012.

  
**TADEU VENERI**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PEDRO LUPION**  
**RELATOR**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

**PEDRO  
LUPION**  
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba,  
Paraná | Fone (fax): 41 3350 4006 | [www.pedrolupion.com.br](http://www.pedrolupion.com.br) |  
[dep.pedrolupion@gmail.com](mailto:dep.pedrolupion@gmail.com).



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANIBAL KHURY

Gabinete do Deputado Nereu Moura

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 08 OUT. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº. 498/12**



**SÚMULA:** Denomina a estrada que liga Coronel Domingos Soares a PR-449, numa extensão de 27.3 km, de "Rodovia Dom Agostinho Sartori".

**Art. 1º.** – Fica denominada de "Rodovia Dom Agostinho Sartori", a estrada que liga Coronel Domingos Soares a PR-449, numa extensão de 27.3 km.

**Art. 2º.** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2012.

*Nereu Moura*  
**NEREU MOURA**  
Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA:

Esta proposição tem como objetivo prestar uma justa homenagem ao grande líder religioso, que durante décadas esteve à frente da Diocese de Palmas.

Dom Agostinho Sartori fez história, chegou muito jovem ao Sudoeste do Paraná e colaborou de forma decisiva com o desenvolvimento, progresso e qualidade de vida da população. Não se intimidou, combateu o bom combate, liderou movimentos de excluídos, clamou por justiça, enfrentou os poderosos, enfim, um grande líder religioso, um grande homem, um exemplo a ser seguido.

No caso específico, Dom Agostinho Sartori não mediu esforços para que a estrada de chão batido, que liga Coronel Domingos Soares a malha rodoviária estadual fosse pavimentada, e levando-se em consideração que o Governador Beto Richa através do Projeto de Lei nº. 460/12 está estadualizando o trecho em questão, nada mais justo do que homenagear uma pessoa que em vida lutou muito para que esse projeto fosse realizado.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 498/2012**

**Projeto de Lei nº 498/2012**

**Autor: Deputado Estadual Nereu Moura**

Súmula: Denomina a estrada que liga Coronel Domingos Soares a PR-449, numa extensão de 27,3 km, de "Rodovia Dom Agostinho Sartori".

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O TRECHO A SER DENOMINADO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE PRÉVIA FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Nereu Moura, tem por objetivo denominar de "Rodovia Dom Agostinho Sartori" o trecho da Rodovia PR-449 numa extensão de 27,3 Km, conforme quadro abaixo:

Rodovia	Trecho	Ext. (Km)	Situação
912S0010EPR	Entr. PR-449 - final do pavimento	8,76	Sem denominação
912N0020EPR	Final do Pavimento - Ponte sobre o rio Chopim	1,33	Sem denominação
912N0030EPR	Ponte sobre o rio Chopim - Cel. Domingos Soares	17,21	Sem denominação

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

## *Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

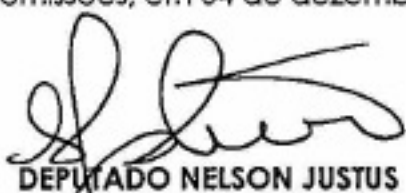
Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR



  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 498/2012**

**Projeto de Lei nº 498/2012**

**Autor: Deputado Nereu Moura**

**Súmula: Denomia a estrada que liga Coronel Domingos Soares a PR 449, numa extensão de 27.3 km, de "Rodovia Dom Agostinho Sartori".**

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 498/2012, de autoria do Deputado Nereu Moura, denomina a estrada que liga Coronel Domingos Soares a PR 449, numa extensão de 27.3 km, de "Rodovia Dom Agostinho Sartori".

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 498/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto tem como objetivo homenagear Dom Agostinho Sartori, que colaborou de forma decisiva para o desenvolvimento, progresso e qualidade de vida da população. Dom Agostinho, não mediu esforços para que a estrada de chão batido, que liga Coronel Domingos Soares fosse pavimentada, desta forma, nada mais justo do que prestar essa digna homenagem a esse ilustre cidadão.

Cumpra a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*", nos termos do disposto no **Art. 33 - F do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar, e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O Projeto de Lei 498/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir tramitação.

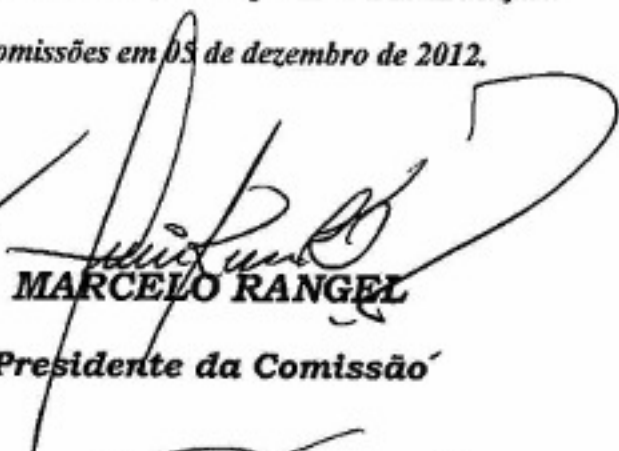
### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva apenas homenagear um ilustre cidadão do Estado do Paraná, que contribuiu sem medir esforços para grandes melhorias em toda a região. Restando desta forma, evidentes razões para aprovação desta proposição.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 498/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 05 de dezembro de 2012.

  
**MARCELO RANGEL**

Presidente da Comissão

  
**ADEMIR BIER**

Relator





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DL  
02  
Els. *[assinatura]*

PROJETO DE LEI

507/12

**SÚMULA:** Altera a denominação e as atribuições dos cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, que especifica.

Art. 1º. O cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de médico do trabalho e o cargo de provimento em comissão DAS-4, privativo de médico sanitário, previstos no inciso II, do artigo 1º, da Lei nº 13.984, de 30 de dezembro de 2002, passam a se denominar cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativos de médico, para desempenho das funções de assessor no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção à Saúde Pública.

Parágrafo único. A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

9





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto objetiva alterar a denominação e as atribuições dos cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativos de médico, previstos no inciso II, do artigo 1º, da Lei nº 13.984, de 30 de dezembro de 2002.

Mencionado dispositivo criou no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná *"01 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de médico do trabalho e 01 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de médico sanitário, para o desempenho da função, respectivamente, no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime e no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde Pública"*.

Ocorre que com a Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004 (conhecida como Reforma do Judiciário), que deu nova redação ao disposto no art. 114, da Constituição Federal, restou explicitada a competência da Justiça do Trabalho para o processo e julgamento das ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho, proposta por empregado em face de seu (ex-)empregador. Não obstante esta já fosse a interpretação a ser dada ao preceito originário, entendeu o Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup> *"como imperativo de justiça – haja vista o significativo número de ações que já tramitaram ou ainda tramitam nas instâncias ordinárias, bem como o relevante interesse social em causa -, ... que o marco temporal da competência da justiça trabalhista é o advento da EC nº 45/04"*.

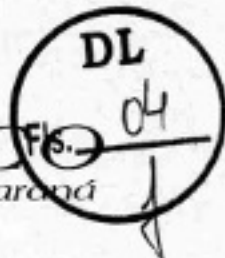
9

<sup>1</sup> (STF, Pleno, CComp. nº 7.204-MG, rel. Min. Carlos Ayres Britto, j. 29.06.2005).



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Sobredito entendimento restou consolidado na Súmula Vinculante nº 22-STF, *verbis*: "A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho proposta por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da EC nº 45/2004".

Destarte, tendo desaparecido a atribuição do Ministério Público Estadual para oficiar nas causas de acidente de trabalho, exauriu-se também a função de médico do trabalho do cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, previsto no inciso II, do art. 1º, da Lei nº 13.984/2002. Todavia, considerando as inúmeras e intensas atribuições desempenhadas pelo Ministério Público Estadual na área da saúde pública, como o significativo aumento de demandas e suas viabilidades técnicas (v.g., junto ao Sistema Único de Saúde), o caso não é de simples extinção do cargo, mas de redefinição de sua denominação e atribuições.

De outro lado, embora a função de médico sanitário do cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, prevista no mesmo dispositivo legal, ainda persista, convém seja, em razão das exigências de novas demandas e de acordo com a nova sistemática adotada<sup>2</sup>, redefinida como de médico, possibilitando assim o alargamento da amplitude de sua atuação.

Como consignado na exposição de motivos do anteprojeto convertido na Lei nº 15.913/2008, *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da*

<sup>2</sup> O Projeto GEMPAR 2018 – Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná, aprovado em 15.12.2009, estabelece como diretrizes institucionais, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial, tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



*cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sincronia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação".*

Centrada no serviço de assessoramento do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção à Saúde Pública, surge, assim, a presente proposta como mais uma etapa de um amplo processo de modernização administrativa e funcional que contempla a incorporação de projetos diversos voltados a diferentes e múltiplas atividades.

Registre-se, por fim, que a presente proposta não acarreta nenhuma despesa além das já previstas.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade de votos, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão extraordinária realizada no dia 12 de setembro próximo passado.

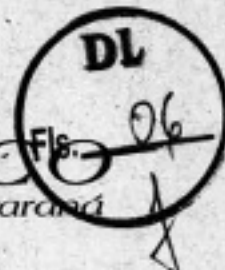
9





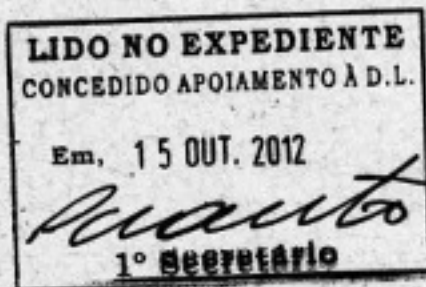
# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 1845/12-GAB

Curitiba, 20 de setembro de 2012.



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, 11/10/2012  
Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto* que visa alterar dispositivo da Lei nº 13.984, de 30 de dezembro de 2002.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Gilberto Giacoia

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

14:25 15/10/2012 806234 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Recebido 27/09/12  
P.R.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 507/12**

**Projeto de Lei nº 507/12**  
**Autor: Ministério Público**

**Súmula:** Altera a denominação e as atribuições dos cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4.

**EMENTA:** ALTERA A DENOMINAÇÃO E AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, SÍMBOLO DAS-4. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público objetiva alterar a denominação e as atribuições dos cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativos de médico, previstos no inciso II, do art. 1º da Lei nº 13.984/2002.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Corroborar deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Além do mais, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Por fim, com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal nº 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO.**

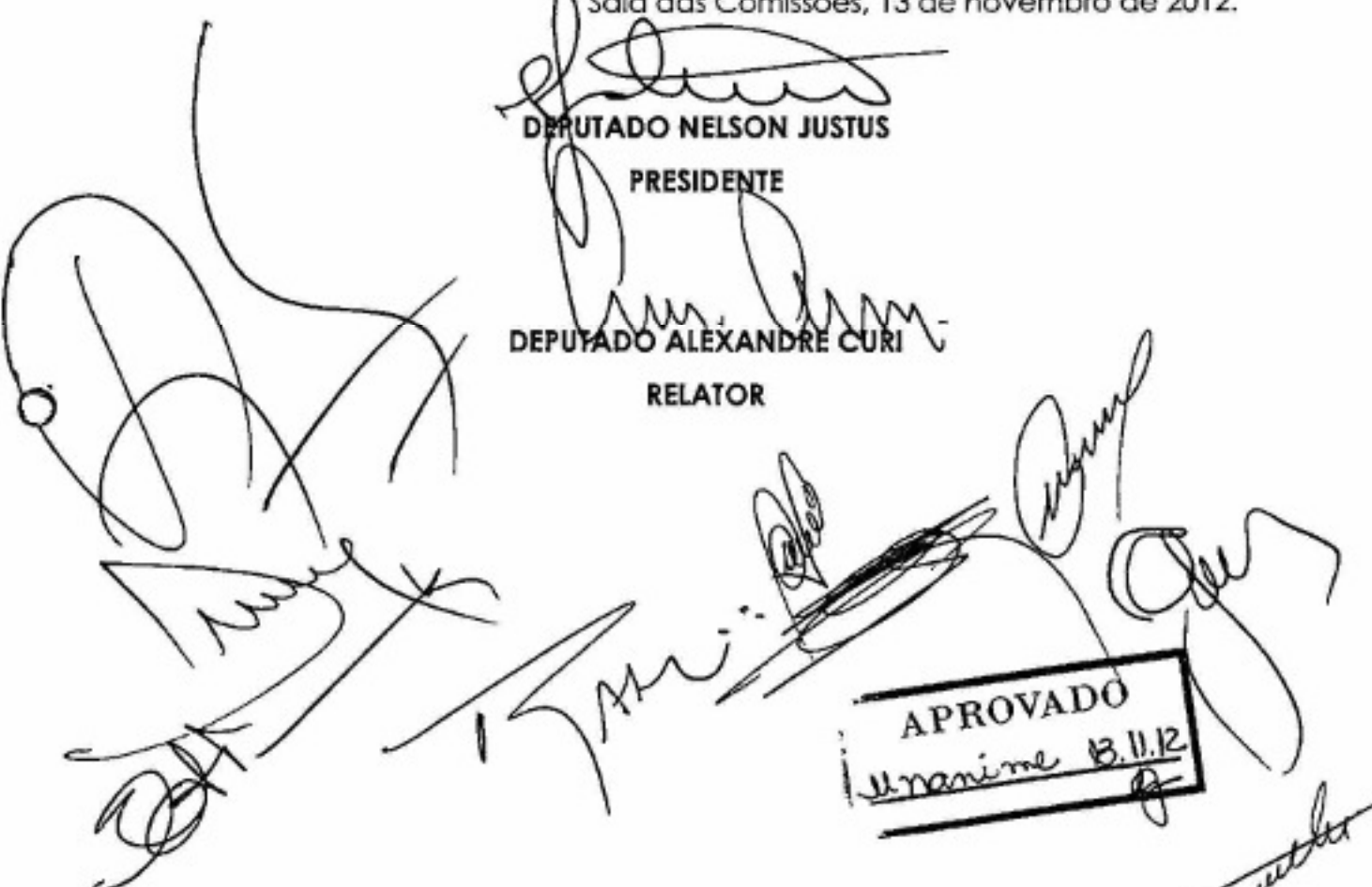
Sala das Comissões, 13 de novembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**

**RELATOR**

  
**APROVADO**

**Unanime 13.11.12**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 507/12**

O presente Projeto de Lei nº 507/12, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça – Ofício nº 1845/12, que objetiva alterar a denominação e as atribuições dos cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativos de médico sanitарista, previstos no inciso II, do art. 1º da Lei nº 13.984, de 30 de dezembro de 2002.

Inicialmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, pois nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa da matéria em questão.

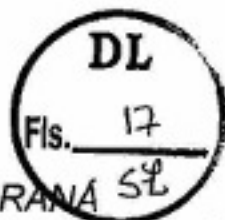
Constata-se que a Constituição do Estado do Paraná em seus arts. 65, 114, determinam a competência para a propositura de matérias como a presente.

Ainda, a Constituição Federal em seu art. 127 assegura ao Ministério Público a autonomia funcional e administrativa.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo em vista que o próprio autor da proposta, esclarece no art. 2º do Projeto em tela, que as despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná. Da mesma forma, o autor da proposta, esclarece em sua justificativa, que a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

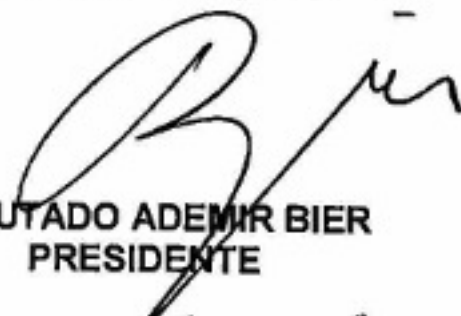


matéria em questão não acarreta nenhuma despesa além das que já estão previstas.




Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação do presente Projeto de Lei nº 507/12 pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS  
RELATOR

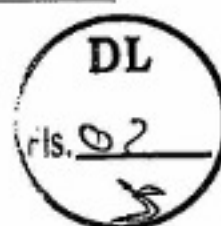
  
  






# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
GABINETE DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 29 OUT. 2012

**1º Secretário**

## PROJETO DE LEI Nº 540/2012

**Súmula:** Institui o "Dia Estadual do Sistema Braille", a ser celebrado anualmente em 8 de abril.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Estadual do Sistema Braille", a ser celebrado anualmente em 8 de abril.

Art. 2º No "Dia Estadual do Sistema Braille" as entidades públicas e privadas realizarão eventos destinados a reverenciar a memória de Louis Braille, divulgando e ressaltando a importância do sistema por ele criado na educação, habilitação, reabilitação e profissionalização da pessoa cega, por meio de ações que:

- I. Fortaleçam o debate social acerca dos direitos da pessoa cega e a sua plena integração na sociedade;
- II. Promovam a inserção da pessoa cega no mercado de trabalho;
- III. Difundam orientações sobre a prevenção da cegueira;
- IV. Difundam informações sobre a acessibilidade material, à informação e à comunicação, pela aplicação de novas tecnologias;
- V. Incentivem a produção de textos em Braille;
- VI. Promovam a capacitação de profissionais para atuarem na educação, habilitação e reabilitação da pessoa cega, bem como na editoração de textos em Braille;

Gabinete Deputado Hermas Junior  
Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911  
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170  
Site: [www.hermasjunior.com.br](http://www.hermasjunior.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)

15:03 29/10/2012 08:66:39 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



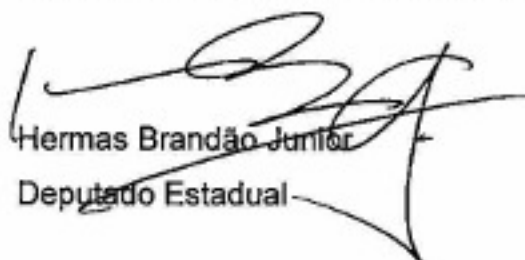
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
GABINETE DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação



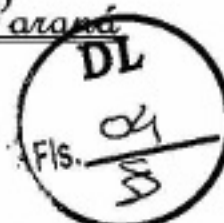
Sala das Sessões, 29 de outubro de 2012

  
Hermas Brandão Junior  
Deputado Estadual

Gabinete Deputado Hermas Junior  
Praça Nossa Senhora de Saete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911  
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170  
Site: [www.hermasjunior.com.br](http://www.hermasjunior.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
GABINETE DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR



**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei visa instituir o "Dia Estadual do Sistema Braille" a ser celebrado anualmente em 8 de abril.

No dia 04 de janeiro de 2009 será comemorado o bicentenário de nascimento de Louis Braille, aquele que foi sem dúvida o maior benfeitor das pessoas cega de todo o mundo.

A União Mundial de Cegos (UMC), que atua como assessora junto às agências da ONU para assuntos relacionados à cegueira, representando 180 milhões de pessoas de 600 organizações, distribuída em 158 países, associada a uma comissão nacional constituída na França, assumiu a liderança nas comemorações e está incentivando organizações e pessoas cegas de todo o mundo a promoverem celebrações alusivas a Louis Braille e a seu sistema de escrita e leitura.

Assim, o presente projeto promove em nosso Estado a oportunidade de incentivar as organizações a inserirem cada vez mais as pessoas cegas e sua plena integração na sociedade.

A criação do Sistema Braille deu ao indivíduo cego real condições de desenvolvimento para as suas potencialidades como ser humano. Educação, Cultura, Lazer, Cidadania, são direitos da pessoa cega, dentre outros, que se valem desse código para colocarem-se diante das realidades do mundo.

O Braille é um sistema universal de leitura e escrita formado por um código de sessenta e três sinais, que toma por base a combinação de seis pontos em relevo, constituídos de valores simbólico, possibilitando ao cego o acesso às diversas áreas do conhecimento humano, tais como informática, literatura, música e ciências em geral.

Dessa forma, peço apoio aos nobres Pares, para aprovação do presente Projeto de Lei, o qual, ressalte-se, está dentre as competências do Estado e não fere a iniciativa privativa do Poder Executivo.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 540/12**



Autor: Deputado Estadual Hermas Brandão Jr.

Súmula: Institui o "Dia Estadual do sistema Braille", a ser celebrado anualmente no dia oito de Abril.

EMENTA: INSTITUI O DIA ESTADUAL DO SISTEMA BRAILE A SER CELEBRADO ANUALMENTE NO DIA OITO DE ABRIL. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65, DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 95/98 QUE DISPOE SOBRE TÉCNICA LEGISLATIVA. APROVAÇÃO. ANÁLISE PRÉVIA FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Hermas Brandão Jr., tem por objetivo instituir o "Dia Estadual do sistema Braille", a ser celebrado anualmente no dia oito de Abril. Apresentando como justificativa a oportunidade de incentivar as organizações a inserirem cada vez mais as pessoas cegas e sua plena integração na sociedade.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Quanto à técnica legislativa utilizada na ora proposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

  
Nelson Justus  
Presidente




Evandro Junior  
Relator









  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná